

F. Machado

P. S. M.

G. J.

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DE RAMAIS DE ÁGUA  
E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NO CONCELHO DE VILA NOVA  
DE CERVEIRA**

Entre:


**A.D.A.M. - ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Rua São Bartolomeu Mártires, n.º 156, 4904-364 Viana do Castelo, com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 515 486 159, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra, com o capital social de € 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil euros), neste ato representada por Fernanda Maria de Sousa Machado, titular do cartão de cidadão n.º 06087911 4ZX9, válido até 24 de agosto de 2030, na qualidade de Vogal Executiva do Conselho de Administração e por Célia Maria Pereira Cardoso André, portadora do Cartão de Cidadão n.º 04854784 0ZY4, válido até 8 de maio de 2028, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração, com poderes para o ato, adiante designada por **ADAM.**,

E

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**, com sede em Praça do Município, 4920-284 Vila Nova de Cerveira, pessoa coletiva n.º 506 896 625, representada neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, João Fernando Brito Nogueira, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

**CONSIDERANDO QUE:**

- a) O Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, veio estabelecer o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais no âmbito da exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos;
- b) em 11 de janeiro de 2019 foi celebrado o contrato de Parceria entre o Estado Português e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, através do qual foi constituído o Sistema de Águas do Alto Minho, resultante da agregação dos respetivos sistemas municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas;

- 
- c) em 22 de julho de 2019 foi outorgado o contrato de Gestão relativo ao Sistema de Águas do Alto Minho, por via do qual o Estado Português e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira atribuem à Águas do Alto Minho, S.A., a exploração e a gestão do referido sistema à empresa Águas do Alto Minho, S.A., na qualidade de entidade gestora da parceria;
  - d) a instalação dos ramais de ligação de água e/ou de águas residuais, que fazem parte integrante da rede pública, são, nos termos do Artigo 42.º do Regulamento das relações comerciais, da responsabilidade da Águas do Alto Minho, a quem incumbe, de igual modo, a respetiva conservação, renovação e substituição.
  - e) nos termos do Artigo 2.º alínea h) do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro na sua redação atual entende-se por «Obras de urbanização», as obras de criação e remodelação de infraestruturas destinadas a servir diretamente os espaços urbanos ou as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos e de abastecimento de água, eletricidade, gás e telecomunicações, e ainda espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva;
  - a) constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, mais precisamente nos domínios do ambiente e saneamento básico, conforme previsto na alínea k) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua versão atualizada;

Acordam as partes celebrar o presente protocolo que se rege pelo disposto nas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula primeira**

O presente protocolo visa definir as condições de execução de trabalhos na via pública, destinados à instalação, conservação, renovação e substituição de ramais de ligação de água e/ou de saneamento de águas residuais, por parte da **ADAM**.

Finalizado  


### **Cláusula segunda**

- a) Para efeitos de execução de ramais de ligação de água e/ou de saneamento de águas residuais na via pública, a ADAM remete ao MUNICÍPIO, uma vez por semana, listagem do número de intervenções que pretende executar na via pública, com a identificação do n.º do ramal, o local da execução e a data do início para cada intervenção na via pública.
- b) O Município poderá comunicar no prazo de 72 horas, algum impedimento excecional, identificando o ramal sobre o qual impende a decisão.

### **Cláusula terceira**

No âmbito do presente protocolo, a ADAM compromete-se a executar os trabalhos de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, e de acordo com as condições gerais, constantes do anexo ao presente protocolo e do qual faz parte integrante.

### **Cláusula quarta**

O MUNICÍPIO, de acordo com a cláusula segunda alínea b), considera licenciados os ramais listados pela ADAM, desde que cumpram integralmente com o estipulado na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto-Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, bem como as normas municipais aplicáveis.

### **Cláusula quinta**

Sem prejuízo do descrito no clausulado anterior, quaisquer contactos ou comunicações entre as partes serão feitos, para as seguintes moradas:

Águas do Alto Minho, S.A.

Rua São Bartolomeu dos Mártires n.º 156

4900-364 Viana do Castelo

Pedro.cruz@adp.pt

Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

Viana do Castelo, 1 de 10 de 2020.

**A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A.**

Célia Maria Pereira Cardoso André  
(Célia Maria Pereira Cardoso André)

Fernanda Machado  
(Fernanda Maria de Sousa Machado)

**Município de Vila Nova de Cerveira**

(João Fernando Brito Nogueira)



## ANEXO

### 1. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1 A execução dos trabalhos seja efetuada em dias úteis e em período diurno, em respeito do disposto no Regulamento Geral do Ruído, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual;
- 1.2 Será dada especial atenção às infraestruturas existentes, devendo, para o efeito, a Águas do Alto Minho solicitar os cadastros respetivos a todas as entidades, não interferindo nas mesmas sem prévia autorização da entidade gestora da infraestrutura;
- 1.3 Os trabalhos devem ser feitos de forma a minimizar tanto quanto possível a área necessária às obras, de modo a reduzir os prejuízos daí resultantes para a circulação de pessoas e veículos;
- 1.4 Não é permitida a manufatura de betões e argamassas, de qualquer tipo, executada diretamente sobre o pavimento, devendo o local da obra e sua envolvente ser mantido em boas condições de higiene e limpeza, de modo a garantir a segurança e a minimizar os incómodos aos utentes e moradores do local;
- 1.5 Desobstruir e limpar na sua totalidade antes do final da obra, as sarjetas, os sumidouros e/ou as linhas de água invadidas por terras provenientes da execução destes trabalhos;
- 1.6 Todos os muros, soleiras de portões, tubagens, sarjetas, lancis, valetas, aquedutos e quaisquer outros elementos danificados durante a execução dos trabalhos, devem ser reparados de imediato ou substituídos por outros elementos novos, nas dimensões e características do existente, mediante aprovação da Fiscalização Municipal;
- 1.7 Deverá proceder-se ao reperfilamento e revestimento das valetas em betão ou cubo, de modo a garantir-se o normal encaminhamento das águas pluviais;
- 1.8 Aquando da reposição final de pavimentos, deverá ser acautelada a **reposição integral da sinalização horizontal** existente que tenha sido afetada, utilizando para o efeito, materiais e processos análogos aos existentes;
- 1.9 Em zonas ajardinadas e/ou arborizadas o aterro deverá ser feito com terra vegetal, devendo ser estabelecido contacto com o Município, antes de começar a obra, para parecer da mesma;
- 1.10 Os operadores de subsolo e/ou os respetivos empreiteiros são responsáveis, nos termos legais e contratuais, por quaisquer danos provocados ao Município ou a terceiros, decorrentes da execução dos trabalhos ou da violação das condicionantes impostas na presente autorização, a partir do momento que ocupem a via pública para dar início aos mesmos;
- 1.11 A autorização emitida pelo Município, deverá ser mantida no local da obra, de forma a ser apresentada à Fiscalização Municipal ou autoridades policiais sempre que solicitado;

### 2. SINALIZAÇÃO



Finalizado



- 2.1 Com o início dos trabalhos, assim como durante o seu decurso, devem ser colocados todos os sinais de trânsito que garantam a segurança de peões e veículos, e acesso às propriedades, devendo a sua colocação situar-se em locais bem visíveis e em toda a extensão dos trabalhos;
- 2.2 Os sinais que eventualmente se danifiquem ou desapareçam no decurso dos trabalhos, devem ser imediatamente substituídos pelo executor da obra;
- 2.3 Toda a sinalização a aplicar deverá respeitar a legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo D.R. n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua redação atual;
- 2.4 É da inteira responsabilidade da Águas do Alto Minho, quaisquer prejuízos, que a falta ou deficiência na sinalização temporária possa ocasionar, quer à obra quer a terceiros;
- 2.5 A sinalização existente no local, que contrarie a sinalização temporária, deverá ser devidamente tapada durante o período em que decorre a alteração;
- 2.6 A sinalização temporária deverá ser retirada do local após conclusão dos trabalhos, restituindo-se a via às normais condições de circulação;
- 2.7 Deverão ser adotadas todas as medidas de carácter provisório indispensáveis à segurança e comodidade da circulação e acesso às propriedades, tais como chapas metálicas, passadiços em madeira, ou quaisquer outras obras que se mostrem necessárias;
- 2.8 No caso de travessia(s), a escavação para abertura de vala deverá realizar-se em **metade da faixa de rodagem**, de forma a possibilitar a circulação de veículos na outra metade, devendo o executor da obra, dispor de chapas metálicas para posteriormente poder prosseguir com o trabalho na outra faixa de rodagem;
- 2.9 A **circulação alternada** deverá realizar-se com recurso a sinalização semafórica amovível nos termos da legislação em vigor. Na sua impossibilidade, a entidade responsável pela obra, deverá requisitar a intervenção das entidades policiais para promover a gestão do trânsito viário e assegurar a circulação pedonal em condições de segurança;
- 2.10 Sempre que houver necessidade de se proceder ao **corte ou desvio de trânsito**, deverá a entidade responsável pela obra solicitar a autorização do Município, com a devida antecedência, apresentando o respetivo plano de sinalização temporária e/ou plano de desvios para o local, devendo ser indicada a duração prevista e a data de início e fim dos trabalhos;
- 2.11 Qualquer alteração de trânsito só poderá ser efetuada após aprovação do Município;

### 3. ABERTURA E FECHO DE VALA

- 3.1 Os materiais resultantes da abertura da vala deverão ser removidos a vazadouro ou depósito;
- 3.2 As valas deverão ser devidamente assinaladas e protegidas com dispositivos apropriados, nomeadamente guardas, rodapés em madeira, grades e fitas plásticas refletoras coloridas a vermelho e branco.

 Machado  


- 3.3 Os cortes transversais e longitudinais nos pavimentos, deverão ser retilíneos e de forma geométrica, tendo em consideração o tipo e a estrutura do pavimento;
- 3.4 Os cortes no **tapete betuminoso** para abertura de vala, devem ser executados com recurso a serras mecânicas circulares ou outro equipamento específico para o efeito, em toda a espessura da camada betuminosa e de forma geométrica;
- 3.5 Os cortes no pavimento em **semi-penetração betuminosa** para abertura de vala, devem ser executados com a utilização de equipamento mecânico apropriado, e deverão ser o mais linear possível, tendo em conta a dimensão do material britado;
- 3.6 No pavimento em **calçada à portuguesa, cubo, paralelo de granito e microcubo de granito**, deverá abrir-se uma faixa com largura constante ao longo da vala a abrir, que permita uma posterior colocação correta do material;
- 3.7 No pavimento em **pedra de chão de betão**, deverá abrir-se uma faixa com largura constante ao longo da vala a abrir, que permita uma posterior colocação correta da pedra de chão;
- 3.8 O material levantado deverá ser colocado em depósito, em locais da via onde não prejudiquem a circulação de veículos e peões ou no estaleiro da obra;
- 3.9 No pavimento em **betonilha esquartelada**, a abertura de vala deverá ser precedida do corte da betonilha esquartelada e massame de betão, com recurso a serras mecânicas circulares ou equipamento específico para o efeito;
- 3.10 Dever-se-á proceder às **entivações** das valas nos casos em que a sua profundidade assim o obrigue;
- 3.11 **O fecho da vala deverá realizar-se integralmente com agregado britado de granulometria extensa (tout-venant) de empréstimo**, não podendo ser utilizados os materiais resultantes da abertura da vala, devendo o aterro ser executado por **camadas de 0,20 m** de espessura e compactado por meios mecânicos;

#### 4. REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM BETÃO BETUMINOSO E/OU SEMIPENETRAÇÃO BETUMINOSA

- 4.1 A espessura total de reposição da camada betuminosa deverá ser igual à existente, com o mínimo de **0,10 m**, após compactação, rega de impregnação sobre a camada de base na zona da vala, e entre camadas betuminosas com rega de colagem;
- 4.2 A **repavimentação com a camada de desgaste**, deverá realizar-se na largura da vala e abrangendo as zonas envolventes, após prévia fresagem de 0,06 m de espessura do betuminoso existente, de acordo com os seguintes critérios:
  - 4.2.1. Em **vala perpendicular** ao eixo da via, a repavimentação deverá abranger 0,50 m de sobrelargura mínima para cada um dos lados da vala;
  - 4.2.2. Em **vala diagonal** na faixa de rodagem, a repavimentação deverá realizar-se entre extremos da diagonal, e a área a repavimentar deverá ter limites perpendiculares ao eixo do arruamento, abrangendo a totalidade da(s) via(s) de circulação afetada(s);



Atachado  
P  
C

4.2.3. Em **vala longitudinal** na faixa de rodagem, a repavimentação deverá abranger a distância até ao limite mais próximo (lancil, muro, valeta), e 0,50 m de sobrelargura mínima do lado oposto da vala;

- 4.3 No pavimento em betão betuminoso, as juntas deverão ser convenientemente seladas, com aplicação de ligantes e/ou mástiques impermeabilizantes;
- 4.4 Nos **pavimentos em semipenetração betuminosa** a reposição deve ser feita com betão betuminoso a quente, executada conforme o disposto nos pontos anteriores;
- 4.5 Deverá realizar-se a **pavimentação provisória** da vala, em cubos de granito, após execução da base que servirá de estrutura ao pavimento. Depois de ocorrer a estabilização do aterro e não se verificando assentamentos no mesmo, proceder-se-á à reposição definitiva das valas, **no máximo até 30 dias após a execução do pavimento provisório**, tendo em conta as condições climáticas e após devida coordenação com a Fiscalização Municipal. Na eventualidade do aterro não apresentar a estabilidade desejada, proceder-se-á a uma correção das anomalias que por ventura existam, mantendo-se a pavimentação provisória até que as condições se modifiquem e se possa executar a pavimentação definitiva;
- 4.6 A reposição de pavimento deverá realizar-se por forma a obter-se uma ligação perfeita com o pavimento remanescente, sem que se verifique, entre ambos, irregularidades ou fendas, nem ressaltos ou assentamentos diferenciais.

## 5. REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM CALÇADA À PORTUGUESA, CUBO OU PARALELO DE GRANITO

- 5.1 A reposição de pavimento deve ser efetuada em toda a largura da vala, acrescida de **uma sobrelargura mínima de 0,50 m** para cada um dos lados da vala;
- 5.2 A reconstrução do pavimento deverá realizar-se com os materiais e processos análogos aos existentes antes da abertura da vala, com o acabamento final assente sobre uma “almofada” de areia e as juntas fechadas conforme o existente;
- 5.3 O pavimento deverá ser devidamente compactado com recurso a placa vibratória ou outro meio mecânico, por forma a não desagregar com a passagem de cargas;
- 5.4 A reposição de pavimento deverá realizar-se por forma a obter-se uma ligação perfeita com o pavimento remanescente, sem que se verifique, entre ambos, irregularidades ou fendas, nem ressaltos ou assentamentos diferenciais.

## 6. REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM MICROCUBO DE GRANITO

- 6.1 A reposição de pavimento deve ser efetuada em toda a largura da vala, acrescida de **uma sobrelargura mínima de 0,30 m** para cada um dos lados da vala;
- 6.2 Em passeios com largura inferior a 1,20 m, a reposição de pavimento deve ser efetuada na extensão longitudinal da vala, em **toda a largura do passeio**, por forma a uniformizar o pavimento;
- 6.3 A **fundação** do pavimento, deverá ser constituída por uma caixa de pavimento em *tout-venant* de empréstimo com 0,15 m de espessura mínima devidamente compactada, e





- uma base em massame de betão com 0,10 m de espessura, devendo em zonas de acesso automóvel, a base em massame de betão ter 0,15 m de espessura;
- 6.4 A reconstrução do pavimento em microcubo, deverá realizar-se com os materiais e processos análogos aos existentes antes da abertura da vala, assente sobre uma camada de traço seco 1:3 de cimento e meia areia com 0,03 de espessura, e as juntas fechadas com argamassa de cimento e areia fina ao traço 1:2. As juntas deverão apresentar dimensões concordantes com as do pavimento existente de modo a garantir a sua homogeneidade;
- 6.5 O pavimento em microcubo deverá ficar bem batido com maço manual ou mecânico, por forma a não desagregar com a passagem de cargas, e deverá ser regado e lavado após 1 hora;
- 6.6 A reposição de pavimento deverá realizar-se por forma a obter-se uma ligação perfeita com o pavimento remanescente, sem que se verifique, entre ambos, irregularidades ou fendas, nem ressaltos ou assentamentos diferenciais.

## 7. REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM BETONILHA OU BETÃO

- 7.1 A **reposição de pavimento**, deverá realizar-se na largura da vala e abrangendo as zonas envolventes, de acordo com os seguintes critérios:
- 7.1.1. Em vala **perpendicular** ao passeio, a reposição do pavimento deverá ser acrescida das sobrelarguras necessárias para cada um dos lados da vala, por forma a coincidir com a quadricula do esquartelado existente;
- 7.1.2. Em vala cujo desenvolvimento se realize no sentido **longitudinal** de passeio com largura superior a 1,20 m, a reposição do pavimento deverá ser acrescida das sobrelarguras necessárias para cada um dos lados da vala, por forma a coincidir com a quadricula do esquartelado existente;
- 7.1.3. Em vala cujo desenvolvimento se realize no sentido **longitudinal** de passeio com largura inferior a 1,20 m, a reposição do pavimento deverá efetuar-se em toda a largura do passeio, por forma a uniformizar o pavimento;
- 7.2 A **fundação** do pavimento, deverá ser constituída por uma caixa de pavimento em *tout-venant* de empréstimo com 0,15 m de espessura mínima devidamente compactada, e uma base em massame de betão C16/20 com 0,10 m de espessura, devendo em zonas de acesso automóvel, a base em massame de betão ter 0,15 m de espessura, e ser reforçada com rede electrossoldada;
- 7.3 O **acabamento final** do pavimento, deverá ser constituído por uma argamassa de cimento e meia areia ao traço 1:2, com 0,02 m de espessura e acabamento esquartelado, nas dimensões do existente;
- 7.4 A reposição de pavimento deverá realizar-se por forma a obter-se uma ligação perfeita com o pavimento remanescente, sem que se verifique, entre ambos, irregularidades ou fendas, nem ressaltos ou assentamentos diferenciais.

## 8. REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PEDRA DE CHÃO DE BETÃO

Finalizado


- 8.1 A **reposição de pavimento**, deverá realizar-se na largura da vala e abrangendo as zonas envolventes, de acordo com os seguintes critérios:
- 8.1.1. Por regra, a reposição de pavimento deve ser acrescida de uma sobrelargura mínima de 0,30 m para cada um dos lados da vala;
- 8.1.2. Em vala cujo desenvolvimento se realize no sentido **longitudinal** de passeio com largura inferior a 1,20 m, a reposição do pavimento deverá efetuar-se em toda a largura do passeio, por forma a uniformizar o pavimento;
- 8.2 A **fundação** do pavimento, deverá ser constituída por uma caixa de pavimento em *tout-venant* de empréstimo com 0,15 m de espessura mínima devidamente compactada, devendo em zonas de circulação automóvel, tais como acessos a garagens, acrescentar-se uma base em massame de betão C16/20 com 0,10 m de espessura mínima;
- 8.3 A reconstrução do pavimento em pedra de chão, deverá realizar-se com os materiais e processos análogos aos existentes antes da abertura da vala, em respeito da estereotomia existente, e deverá ser assente sobre uma “almofada” de 0,05 m de espessura de meia areia, e as juntas fechadas com areia fina;
- 8.4 Em caso de danos nas peças de pedra de chão de betão, deverão as mesmas ser substituídas por outras de iguais dimensões e espessura, e mediante aprovação da Fiscalização Municipal;

A reposição de pavimento deverá realizar-se por forma a obter-se uma ligação perfeita com o pavimento remanescente, sem que se verifique, entre ambos, irregularidades ou fendas, nem ressaltos ou assentamentos diferenciais.